



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

OS SABERES DA EXPERIÊNCIA DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Autor: Shirleyanne Santos Aquino¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, shirleyanneaquino@hotmail.com

Orientador: Ana Lúcia Oliveira Aguiar²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, oliveiraaguiar@gmail.com

RESUMO: Diante do crescente número de alunos com deficiências na escola regular, vemos que reconhecidamente essas pessoas procuram a sua formação e os seus direitos à educação, inclusive um direito reconhecido legalmente. Assim, a escola regular precisa se adequar e preparar-se para receber esse aluno. Neste cenário, o professor é o personagem de maior contato com o educando, e por isso, sua função é fundamental na educação. Problematizamos nessa pesquisa sobre quais os saberes da experiência docente que os professores utilizam no ensino a aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Para responder a essa questão objetivamos compreender o papel da experiência vivencial de sala de aula diante dos desafios didáticos na docência; analisar como a experiência vivencial torna-se uma relevante oportunidade de agregar valor aos saberes docentes e promover a autoformação; refletir sobre as políticas na formação inicial e continuada diante do aporte teórico prático para trabalhar junto a alunos com deficiências. Os procedimentos metodológicos organizaram-se em revisão bibliográfica, e na análise da entrevista realizada com duas professoras licenciadas recém-formadas que trazem suas vivências e experiência junto aos estudos sobre educação inclusiva e o ensino a alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Ficou destacado em nossa pesquisa que é primordial os investimentos na formação inicial nas abordagens sobre as deficiências, e que a formação continuada deve ser vista como complementação do vivido na formação inicial, e não como maneira remediativa.

PALAVRAS-CHAVE: docência, inclusão, práticas, saberes.

INTRODUÇÃO

Os alunos com Necessidades Educacionais Especiais apresentam, normalmente, impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, isso gera dificuldades de interação com diversas barreiras que podem comprometer a participação na escola e na sociedade. Magalhães (2003) nos esclarece sobre quem são considerados alunos com necessidades educacionais especiais, são estes, alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos e surdos-cegos), deficiência física não-sensorial (paralisia cerebral, por exemplo), deficiência mental, deficiências múltiplas. Somado a esse grupo, há também os

¹ Pedagoga, mestranda em educação no POSEDUC/UERN, e-mail: shirleyanneaquino@hotmail.com

² Prof.^a. Dr.^a. Orientadora: Ana Lúcia Oliveira Aguiar. Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: oliveiraaguiarpetro@gmail.com



alunos com altas habilidades ou superdotação, que necessitam de currículo diferenciado por sua capacidade superior de aprender.

A expressão alunos com Necessidades Educacionais Especiais surgiu no meio acadêmico, escolar e nos discursos oficiais com a intenção de suavizar as terminologias adotadas que se referiam às pessoas com deficiência como limitações físicas, motoras, linguísticas, intelectual, altas habilidade, ou as síndromes. Desse modo, por sua condição física, motora ou psicológica, esses alunos necessitam de atendimento e recursos diferenciados em virtude de suas limitações pessoais.

A luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência é marcada inicialmente no início da década de 1990, onde foi muito discutida em muitos países da Europa e Américas. Em partes, os decretos, acordos e leis surgidas das reuniões internacionais com relação aos direitos das pessoas com deficiência, são cumpridos, porém há muito a ser realizado. Consideramos que incluir sugere transformação. Na sociedade, na cultura, nas políticas e na escola principalmente. A educação inclusiva tem o intuito de compreender e aceitar o outro em sua singularidade. Para isso, lembramos que não há receitas prontas, bulas a serem seguidas. O principal requisito para que a inclusão aconteça, começa no respeitar às diferenças enxergando e utilizando o melhor de cada sujeito.

A escola ocupa um papel social de fundamental importância para a formação e constituição do indivíduo. Ela favorece a evolução da humanidade e da sociedade. São as experiências vivenciadas na escola que trazem aprendizados relacionais, culturais, cognitivos, sociais, afetivos e históricos. A escola como instituição que representa os interesses da sociedade possui em sua organização objetivos e metas, onde emprega e reelabora os conhecimento socialmente produzidos na história. E para tanto, a escola deve estar preparada para receber essas diferenças que são tão presentes na escola quanto na sociedade.

Nossos objetivos são os de: compreender o papel da experiência vivencial de sala de aula diante dos desafios didáticos na docência; analisar como a experiência vivencial torna-se uma relevante oportunidade de agregar valor aos saberes docentes e promover a autoformação; refletir sobre as políticas na formação inicial e continuada diante do aporte teórico prático para trabalhar junto a alunos com deficiências.

METODOLOGIA



Conforme objetivos elencados, estruturamos o artigo com a base metodológica de uma pesquisa qualitativa utilizando com fonte de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a utilização de entrevistas estruturadas em sessões de narrativas (auto)biográficas. A discussão dessa problemática vem organizada em dois tópicos: I - *Formação de Professores*, aborda sobre como acontece a formação docente em uma análise de discussões e preparações práticas sobre as deficiências. O segundo tópico *Narrativa Docente: Autobiografia dos Estudos sobre Educação Inclusiva* traz as narrativas de duas professoras recém-formadas em pedagogia e história. Suas histórias de vida e formação foram colhidas em sessões de narrativas (auto)biográficas sendo possível, através desse método, o contato com as limitações e perspectivas, de ambas, para com a educação inclusiva.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao se estudar sobre formação docente no Brasil, voltemos um pouco na história, e consideremos que só por volta da metade do século XX começa o processo de expansão da escolaridade básica no país, embora ainda de forma bastante lenta. No que tange à rede pública de ensino, esta expansão acontece de maneira mais significativa, a partir das décadas de 1970 e 1980. Podemos calcular nesse base como se deu o processo de inserção das pessoas com deficiência nesse sistema, este que acontece significativamente após a década de 90. Segundo o Portal Brasil do MEC (Ministério da Educação), o número de pessoas com deficiência nas escolas cresceu 381% em 12 anos, registrando o aumento de 29% para 79% o número de pessoas com deficiência na escola de 2003 a 2014.

Educar em diversidade requer focar no estudo de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e a diversidade nas salas de aula. Devem ser considerados dois importantes eixos na formação e atualização dos profissionais: o primeiro refere-se ao conteúdo, a manifestação teórica e o segundo, de qual maneira ele é desenvolvido, a prática. Enxergamos que o professor, em virtude de sua aproximação com os alunos, é o profissional capaz de unir essas duas esferas a teórica e a prática indissociáveis. É baseado nesse pressuposto que acreditamos no papel fundamental do professor diante do aluno com Necessidade Educacional especial.

Em dez anos, aconteceram no Brasil, avanços importantes quanto à formação de professores, produção de conhecimento e na legislação referente a assuntos das pessoas com deficiência. Um marco legislativo marcante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) de 20 de



dezembro de 1996. O objetivo da LDB é o de iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados em educação básica (educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, e ensino superior). A LDB dedica um capítulo à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. E considero ser justo o motivo para dedicar um capítulo inteiro a essa questão, pois confirmamos ser algo importante a ser discutido, investido e priorizado, a formação dos professores.

No artigo número 13 da LDB 9394/96, sobre as incumbências dos professores, vemos que são atribuições gerais dos docentes são atitudes comuns aos professores ensinar a todas as idades escolares e para todo o perfil de aluno. É atribuição do professor:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade

Diante das atribuições dos professores é preciso lembrar que boa parte das competências para o exercício profissional é em sua maioria, fruto da formação inicial nas licenciaturas e, da formação continuada nos programas de pós-graduação. A formação inicial é o nível de ensino que promove ao professor, em princípio, condições e fundamentos teóricos e práticos que auxiliam a prática docente. Em outro olhar, precisamos também reconhecer que no atual contexto que estão as universidades do país, só a formação docente em nível superior por si só, não é capaz de sanar a complexidade dos problemas educacionais principalmente sobre a inclusão, é preciso de mais estudos e pesquisas.

Temos em mente que as transformações na educação, para que atenda as exigências da inclusão, dependente de vários fatores. O contexto social, econômico, político e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola, as políticas públicas e entre outras questões. Contudo, destaca-se aqui, que uma das ferramentas essenciais para o bom desenvolvimento dos alunos com NEE é a prática do professor. Ou seja, queremos afirmar que a formação do professor é



um investimento importante, é capaz de trazer maiores abordagens sobre as deficiências, mais estudos práticos e teóricos que permitam uma maior preparação para atender à demanda, visto que, torna-se crescente o número de pessoas com deficiência na escola.

A universidade representando a instituição formadora de professores deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, é preciso que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

Em linhas gerais, temos que reconhecer que tem sido realizado um esforço, nos últimos anos, por diversas instâncias, para preparar em nível superior professores e demais profissionais de ensino, considerando a exigência da legislação nacional. A este respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, no artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

É relevante destacar que, de modo geral, a formação dos professores reflete diretamente no desenvolvimento dos alunos (LIBÂNEO, 1998). Nesse caso específico, as competências e habilidades adquiridas pelos alunos com necessidades especiais veem na figura do professor um indispensável apoio orientação segura para o seu desenvolvimento. De outro lado, isso vem ocorrer de forma mais intensa quando desde a sua formação, o professor alimenta sua própria capacidade reflexiva no trabalho em equipe. Salientado em Ainscow (1997), a reflexão crítica em equipe é fundamental para criar as condições para a implementação da educação inclusiva. Isso é possível através do bom relacionamento e trabalho pedagógico com todos os professores trocando saberes e experiências junto a seus alunos.

Em uma visão externa, as licenciaturas não estão totalmente preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. E isso é preocupante, pois os alunos, bem ou mal, estão sendo incluídos e ainda mais e as salas de aula se diversificam, embora, evidentemente, não no ritmo desejado. Em outras palavras, trata-se de uma inclusão paleativa, corretiva. Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Sobre isso Meirieu (2005, p. 44) complementa:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

É oportuno lembrar que a própria LDB (1996), em seu artigo 59, reconhece a importância de se formar professores especializados para atender pessoas com necessidades especiais, sob quaisquer modalidades de ensino. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração [leia-se, inclusão] desses discentes nas classes comuns”.

O trabalho junto ao professor regular e a atuação do professor especializado ocorre, quando o professor licenciado tem os conhecimentos básicos e a prática com alunos especiais, e o *especialista* traz em sua bagagem os conhecimento aprofundados e práticos no que concerne às Necessidades Educacionais Específicas. A formação pedagógica do licenciado deveria acontecer com aprofundamentos específicos que permitiriam um aporte teórico prático para haver a possibilidade de incluir em sala esse aluno. Antes de tudo, portanto, seria um professor, encarregado de auxiliar o professor regular. Essa proposta está no *Plano Nacional de Educação* (MEC, 2000), que aponta a integração entre professores da Educação Especial e da educação regular como uma das ações necessárias para efetivação da educação inclusiva. E acrescenta: Art. 8. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; II - condições para **reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva**, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa.

NARRATIVA DOCENTE: AUTOBIOGRAFIA DOS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem desafiado os espaços escolares a construir novas e outras lógicas de ensino. Diante disso, a formação continuada tem se configurado como uma possibilidade de



pensar as demandas escolares e os processos de escolarização dos sujeitos que também são público da educação especial.

A formação continuada deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva, juntando esforços para criar na escola a consciência de que é possível pensar soluções para as questões que surgem no cotidiano escolar.

Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazer. Sabendo que a educação é um direito de todos, a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re)pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola. Destaca Bueno:

A inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdos sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não as possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira (1999, p. 18).

Trazemos as narrativas de duas professoras, uma licenciada em história chamada Júlia Lopes³ e outra professora licenciada em pedagogia Juliana Amorim⁴. As narrativas das professoras auxiliam para o diálogo teórico que envolve o tema proposto. As falas foram colhidas através de gravação de áudio, liberados e autorizados pelas professoras por meio de narrativas (auto)biográficas guiado por entrevista estruturada.

Primeiramente, a conversa guiou-se na discussão sobre a quantidade de disciplinas que as professoras cruzaram que oportunizaram aporte teórico/prático para o trabalho junto a alunos com necessidades educacionais especiais? Júlia Lopes Licenciada em História diz sobre isso:

³ Nome fictício.

⁴ Nome fictício.



“Infelizmente, não tive nenhuma disciplina que pudesse me proporcionasse conhecimento com relação a alunos com necessidades especiais. O currículo da Universidade trazia estas disciplinas apenas como disciplina complementar”.

Juliana Paiva Licenciada em Pedagogia completa e diz: *Apenas em duas disciplina: educação especial I e II quando se pode optar por educação especial ou ambiental. Nas disciplinas eram trabalhados os tipos de deficiências, não sei se essa nomenclatura é a correta, enfim, estudamos os tipos, visitamos centros de apoio como o cadv e fizemos trabalhos sobre matérias didático-pedagógico para trabalhar com alunos com necessidades especiais.*

No Brasil, a partir da Portaria Ministerial nº 1793, foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais. Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Continuando nas narrativas das professoras. Trazemos em pauta discussões sobre a formação INICIAL, conteúdos, trabalhos, informações e práticas na licenciatura, que as professoras destacam que foram importantes para dar condições de ensinar a alunos com Necessidades Educacionais Especiais em sala de aula.

Júlia Lopes Licenciada em História: *Não tive essa oportunidade, além do já exposto, sempre tentei cursar tais disciplina, mas por ser definida como optativa para o meu curso e a demanda ser grande no departamento de Educação, nunca consegui efetivar a matrícula.*

Juliana Paiva Licenciada em Pedagogia: *Na licenciatura ainda está muito a desejar, as únicas disciplinas em que o assunto é discutido é nas disciplinas "optativas" acima citadas, que podem não serem pagas se optasse por educação ambiental, ou seja, eu poderia ter saído da universidade sem algumas noções que a disciplina possibilitou.*



A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (NÓVOA, 1995, p. 25).

Em mais um trecho pertinente a nossa discussão quando lançada a pergunta sobre se elas consideram-se prontas para lidar com um aluno com deficiência em sala de aula? Júlia Lopes Licenciada em História diz: *A fragilidade na formação docente no tocante a ensino para alunos com necessidades especiais são intensas, até as turmas de 2012 em minha Universidade os alunos não tinham nenhuma disciplina dentro de sua grade curricular, hoje essa realidade mudou, há a disciplina de Libras, porém ainda é insuficiente visto a diversidade e singularidades que encontramos em sala de aula. Ainda antes de concluir a graduação, o meu sentimento era de incompletude desse conhecimento voltado para licenciatura. Desde então passei a procurar conhecimento nesta área e até a cursar psicopedagogia Institucional e Clínica – ainda que não traga um conhecimento global, me proporciona, conhecimento prévio sobre a realidade das dificuldades de aprendizagem – foi um verdadeiro divisor de águas na minha carreira profissional enquanto docente.* Juliana Paiva Licenciada em Pedagogia fala: *Em partes, a formação inicial não me preparou o suficiente, procuraria outros meios de informação e preparação. Sinto-me angustiada e despreparada.*

No que diz respeito à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais – principalmente aquelas que apresentavam algum tipo de deficiência – até a década de 1970 era, geralmente, realizada apenas em instituições especializadas, de natureza filantrópica e alcançava poucas pessoas. A área da educação especial é eleita como prioritária no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974 e, em consequência, foram fixados objetivos e estratégias voltadas para esse campo educacional (BRASIL, 1977). Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/ MEC), em julho de 1973, primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito nacional começa a ocorrer a criação de setores especializados nas Secretarias de Educação. Isto trouxe, como consequência, a implantação do atendimento educacional para alunos então considerado como “excepcionais” em escolas regulares estaduais e municipais. Surgiram, assim, as denominadas classes especiais, bem como várias outras modalidades educacionais, inclusive, o atendimento educacional especializado



desses educandos em classes comuns, sob a égide do paradigma da Integração. Predominava, porém, a visão de dois sistemas separados, estanques: o regular e o especial.

Observamos, ainda, no que diz respeito ao quantitativo de alunos atendidos nesse campo educacional, no país, que – além de estar muito longe de corresponder à demanda em potencial existente – o atendimento ofertado estava ainda estava muito centrado nas instituições especializadas. Evidenciava-se, portanto, como conveniente “[...] incentivar-se a integração desses alunos no sistema regular de ensino, sempre que possível, e sem prejuízo da qualidade do atendimento”. (BRASIL, 1977, p. 12) E a formação do professor é o melhor investimento.

Está previsto, na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva.

Para concluir, trazemos a resposta das professoras ao seguinte questionamento: Imaginem-se na seguinte situação. Vocês lecionando em uma sala de aula regular e esta sala de aula tem um aluno com deficiência. Quais seriam as medidas didáticas adotadas por eles? Júlia Lopes Licenciada em História: *Pela ausência desse conhecimento ainda em minha formação docente, buscarei conhecimento de práticas pedagógicas voltada para inclusão desse aluno, afinal, essa deve ser uma das propostas da Escola para este aluno. Garantir a sua inclusão e efetivo direito a educação plena.*

Juliana Paiva Licenciada em Pedagogia: *Procuraria o CADV, que sei ser um Centro de Apoio ao Deficiente Visual, buscaria ajuda, alternativas e ideias sobre como trabalhar com esse aluno, bem como na internet e etc. enfim, iria procurar meios de desenvolver um bom trabalho.* Observa-se no posicionamento das professoras o interesse em adaptar-se aos alunos com deficiência. Buscando formação, informações e instituições que pudessem colaborar para com o ganho qualitativo desses indivíduos.

CONCLUSÕES

Concordamos que há que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do professor. Falamos de política educacional pública para garantir que o educador o direito de uma formação de qualidade com bases para a realidade da prática profissional. Uma formação que



considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Reconhecemos que há uma orientação nacional, mas como ela se desdobra em cada espaço local, cabe a cada grupo de profissionais da educação fazê-la, a partir de seu conhecimento, de suas condições concretas, dos profissionais presentes localmente, das políticas instituídas por aqueles que fazem.

Não podemos abrir mão do princípio cidadão de que “todos devem estar no jogo”, ou seja, todos devem estar na escola. Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula. O desafio que se coloca para nós, educadores, é construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa “existir”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CEB 17/2001.**

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar uma prerrogativa da educação especial?** In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos; BUENO, José Geraldo Silveira. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara. SP: Junqueira e Marim; Brasília, DF: Capes, 1999.

JESUS, D. M. **Práticas pedagógicas na escola: às voltas com múltiplos possíveis e desafios à inclusão escolar.** In: PERES, E. et al. (Org.). Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LAGE, A. M. V. **O Portador de condutas típicas.** In: MAGALHÃES, R. C. B. P. Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. p. 152-159. LAGE, A.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Carta a um jovem professor.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.